

Protagonismo negro, luta contra a Ditadura e outras insurgências na trajetória de Osvaldo Orlando da Costa (1938–1974), o Osvaldão¹

Black Leadership, Armed Struggle Against the Dictatorship, and Other Forms of Insurgency in the Trajectory of Osvaldo Orlando da Costa (1938–1974), known as Osvaldão

Protagonismo Negro, Lucha Contra la Dictadura y Otras Insurgencias en la Trayectoria de Osvaldo Orlando da Costa (1938–1974), el Osvaldão

Janailson Macêdo Luiz*

* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, onde atua no Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), no Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO) e na Faculdade de História (Fahist). Desde 2024, integra a Comissão de Altos Estudos do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil - Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional. Faz parte também da Rede de Historiadorxs Negrxs (RHN). E-mail: janailson@unifesspa.edu.br.

Resumo: Durante muito tempo, a escrita da história da Ditadura Militar no Brasil, e as representações hegemônicas constituídas sobre esse período em diversos suportes (filmes, telenovelas, documentários etc.), enfocaram a figura do militante branco, masculino e oriundo da classe média como o sujeito central dos grupos esquerdistas que participaram da resistência ao regime. Essa concepção, contudo, não condiz com as experiências concretas vivenciadas por diversos grupos envolvidos em acontecimentos centrais para a compreensão do período. Nos últimos anos, vêm sendo recuperado o protagonismo desempenhado por mulheres e homens negros nos mais diversos

¹ Este artigo baseia-se em pesquisa desenvolvida na nossa tese de doutorado (LUIZ, 2023), financiada por bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Apresenta considerações discutidas durante o *XIV Encontro de História da Anpuh-PA*, realizado em Marabá-PA, na mesa *Diálogos Amazônicos I - Governos Militares e Ditadura na Amazônia*, que contou também com a participação da Prof.^a Dra. Edilza Fontes (UFPA-Belém), e Prof. Dr. Elias Diniz Sacramento (UFPA-Facto/Cametá) e mediação do Prof. Dr. Reginaldo Cerqueira Sousa (UNIFESSPA-Fahist/Marabá). Agradecemos ao Prof. Dr. Carlo Guimarães Monti, organizador geral do evento e deste dossiê, pela pelo convite realizado para a composição da referida mesa.



movimentos e grupos de resistência atuantes naquele contexto, a exemplo da Guerrilha do Araguaia (1972-1974). O artigo analisa experiências vivenciadas por Osvaldo Orlando da Costa (1938–1974), uma das pessoas negras com maior papel de destaque luta contra a Ditadura Militar brasileira.

Palavras-chave: Negros. Ditadura. Guerrilha do Araguaia. História do Brasil.

Abstract: For a long time, the historiography of Brazil’s military dictatorship, and the hegemonic representations built around that period in various media (films, telenovelas, documentaries, etc.), focused on the figure of the white, middle-class, male militant as the central subject of leftist resistance groups. This perspective, however, does not reflect the concrete experiences of the diverse social groups involved in key events that are essential for understanding the era. In recent years, the protagonism of Black men and women in a wide range of resistance movements and organizations has been gradually recovered, as exemplified by the Araguaia Guerrilla (1972–1974). This article analyzes the experiences of Osvaldo Orlando da Costa (1938–1974), one of the most prominent Black figures in the struggle against the regime.

Keywords: Black people. Dictatorship. Araguaia Guerrilla. Brazilian history.

Resumen: Durante mucho tiempo, la escritura de la historia de la dictadura militar en Brasil, así como las representaciones hegemónicas construidas sobre ese período en diversos soportes (películas, telenovelas, documentales, etc.), se centraron en la figura del militante blanco, masculino y de clase media como el sujeto principal de los grupos de izquierda que participaron en la resistencia al régimen. Esta concepción, sin embargo, no refleja las experiencias concretas vividas por los distintos grupos involucrados en acontecimientos clave para la comprensión de ese período. En los últimos años, se ha ido recuperando el protagonismo desempeñado por mujeres y hombres negros en los más diversos movimientos y agrupaciones de resistencia que actuaron en ese contexto, como es el caso de la Guerrilla del Araguaia (1972–1974). El artículo analiza las experiencias vividas por Osvaldo Orlando da Costa (1938–1974), una de las personas negras con mayor protagonismo en la lucha contra la dictadura militar brasileña.

Palabras clave: Negros. Dictadura. Guerrilla del Araguaia. Historia de Brasil.

Introdução

O que significa falar do protagonismo negro na luta armada durante a Ditadura Militar (1964–1985)?² Em que medida trajetórias de pessoas negras, como a de Osvaldo Orlando da Costa (1938–1974), o Osvaldão, que teve destaque na Guerrilha do Araguaia

² Apesar de alguns autores optarem pela utilização de conceitos como Ditadura Civil-Militar ou Ditadura Empresarial-Militar, entre outras, utilização daqui o conceito de Ditadura Militar, por considerar que as tomadas de decisão centrais do período continuaram nas mãos dos agentes ligados às Forças Armadas. Isso não elimina o caráter civil-militar do golpe de 1964, muito menos a participação de civis no cerne do regime durante os vinte e um anos do período ditatorial. Conforme elucidado pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta: “Nenhuma ditadura dura mais que um par de anos sem apoio de civis. Além disso, os adjetivos que são utilizados para indicar isso, como empresarial, midiática, civil, burocrática, eclesíástica, geram outros problemas ou inadequações. Principalmente pelo fato de que nem todos civis e demais grupos sociais apoiaram a ditadura de maneira unânime. Assim, a expressão ditadura civil-militar pode levar à ideia de que todos os civis apoiaram, o que não é verdade” (Moura, 2024, s/p).

(1972–1974),³ desafiam os enquadramentos que restringiram a militância revolucionária ao branco, urbano e de classe média? Essas indagações servem de eixo condutor para a reflexão aqui apresentada.

Domingues (2019) destaca o protagonismo negro como um campo emergente na historiografia contemporânea, com potencial de renovar a produção histórica brasileira. Ao estudar esse protagonismo no estado de São Paulo, o autor levanta considerações que dialogam com os desafios que temos enfrentado na análise da trajetória de Osvaldão, especialmente ao frisar: “a importância de compreender esse protagonismo como uma experiência plástica, em movimento, flexível e cruzada pela imprevisibilidade – e não como algo sociopático, cristalizado ou predeterminado” (Domingues, 2019, p. 137).

A Guerrilha do Araguaia é um dos acontecimentos mais emblemáticos da luta armada contra a ditadura no Brasil. Como temos abordado (Luiz, 2023), a presença de pessoas negras em várias posições de sujeito durante esse acontecimento, sejam como combatentes nas Forças Guerrilheiras do Araguaia (FOGUERA), membros das Forças Armadas ou moradores locais impactados pelos desdobramentos daquele episódio, abre um campo fértil para repensar as intersecções entre raça, classe e violência de Estado.

A nossa abordagem se insere em um campo de investigação emergente que busca compreender o papel das populações negras no período da ditadura, articulando aspectos como a participação em organizações de esquerda (Rios, 2014; Silva, 2019), a forma como o regime sustentou o mito da democracia racial (Pires, 2018; Abreu, 2021) e as estratégias específicas de vigilância e repressão ao movimento negro e às manifestações culturais negras periféricas (Kössling, 2007; Jesus, 2023; Pedretti, 2022).

No interior desse contexto, ganha centralidade a trajetória de Osvaldão, cuja vida expressa não apenas um projeto político radical, mas também o modo como pessoas negras acessaram espaços de formação, articulação internacional e liderança revolucionária. A análise das circunstâncias que atravessaram sua militância, sua morte e as narrativas sobre ele construídas permitem tensionar os limites das representações dominantes sobre a resistência armada, evidenciando as múltiplas formas de agenciamento negro durante o regime autoritário.

³ Adotamos aqui o recorte do cerco e aniquilamento à guerrilha (BRASIL, 2014a). Outras datas relevantes incluem a chegada dos primeiros pecedebistas ao Araguaia (1966-1967), e a chamada Operação Limpeza (1975), em relação a qual militares foram acusados de destruir restos mortais de guerrilheiros para ocultar crimes como execuções sumárias, desaparecimentos forçados e outras graves violações (Brasil, 2014a).

Segundo dados oficiais (Brasil, 2009), Osvaldão está entre os nove guerrilheiros negros ligados à Guerrilha do Araguaia,⁴ que faziam parte de um total de sessenta e nove combatentes ligados ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). A relação é composta ainda por: Antônio de Pádua Costa (1943–1947), Dinalva Oliveira Teixeira (1945–1974), Demerval da Silva Pereira (1945–1973), Francisco Manoel Chaves (1906–1972), Helenira Resende de Souza Nazareth (1944–1972), Idalísio Soares Aranha Filho (1947–1972), Lúcia Maria de Souza (1944–1973) e Rosalindo de Souza (1940–1973).⁵

Das quarenta pessoas negras listadas em Brasil (2009) como mortas em decorrência do terror de Estado (Padrós, 2005) praticado por agentes da ditadura, número hoje defasado,⁶ a maioria integrava a Guerrilha do Araguaia (nove), seguida por seis da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e cinco da Ação Libertadora Nacional (ALN), como Carlos Marighella (1911–1969), além de membros de outros grupos.

Mais do que números, esses dados evidenciam a presença negra em diversas organizações que enfrentaram a ditadura, desafiando imagens por muito tempo cristalizadas. Mesmo Marighella, histórico membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), líder da ALN e figura central no enfrentamento ao regime, apenas recentemente teve sua trajetória explorada de forma aprofundada, sobretudo após a biografia de Magalhães (2012) e outras produções que têm reafirmado não só a importância de visibilizar seu pertencimento racial, mas de mostrar como esse pertencimento influenciou suas experiências (Dutra, 2020). Como veremos, faz-se importante lançar o mesmo tipo de olhar em relação a trajetória de Osvaldão, conforme indicado em algumas produções recentes que tratam de sua história de vida.

⁴ Em Luiz (2023) realizamos uma abordagem mais abrangente sobre outros guerrilheiros negros. Por uma questão de espaço, não detalharemos muitos pontos sobre eles aqui. Em outros artigos, já nos debruçamos mais detalhadamente sobre Francisco Manoel Chaves (Luiz, 2018) e o próprio Osvaldão (Luiz, 2020).

⁵ Há divergências quanto ao número de guerrilheiros negros no Araguaia. Silva (2019) relata que o irmão de Dinalva Teixeira, a Dina — uma das figuras mais conhecidas da guerrilha — contesta sua identificação como mulher negra. Essa perspectiva contrasta com memórias locais e representações de movimentos sociais, nas quais Dina é lida como pessoa negra de cor parda, conforme classificação atual do IBGE. Também é plausível que moradores negros da região estejam entre aqueles que aderiram à guerrilha, considerando o perfil demográfico local. Além disso, observações fotográficas sugerem outros nomes possivelmente negros entre os combatentes, para além dos já citados. Essas hipóteses, atualmente em investigação, não serão detalhadas neste artigo.

⁶ Esse número tem passado por atualizações nos últimos anos. A Comissão da Verdade de São Paulo “Rubens Paiva (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO, 2015), por exemplo, listou quarenta e um nomes, ao passo que outras pessoas negras mortas e desaparecidas no período têm sido identificadas em publicações recentes de jornais e de outras comissões. Como argumentamos em Luiz (2023), há também o problema em identificar um número certamente bem maior de pessoas mortas em operações de grupos de extermínio atuantes em diversos locais do país no período, e que tinham em jovens negros das periferias e de locais do campo as suas principais vítimas.

Diversificação nos olhares sobre a Ditadura e o Araguaia⁷

A crítica às representações hegemônicas⁸ da Ditadura Militar (1964–1985) no Brasil, veiculadas por muito tempo na historiografia, em outras áreas acadêmicas e em produtos culturais como filmes, novelas e reportagens, evidencia o apagamento de sujeitos historicamente marginalizados, como negros, indígenas, mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, entre outros. Nas últimas duas décadas, no entanto, tem crescido a produção de narrativas que buscam reverter esse silenciamento. Essa produção tem sido impulsionada especialmente por movimentos sociais e por intelectuais a eles vinculados ou que apresentam um comprometimento com as lutas de grupos não-hegemônicos.

No tocante à história das populações negras no Brasil, Clóvis Moura (1925–2003) e Beatriz Nascimento (1942–1995) estão entre os autores⁹ que, entre as décadas de 1950 e 1970 (Assunção e Trapp, 2021), denunciavam os silêncios da historiografia sobre o papel dessas populações na construção da história do país — crítica também levantada pelo movimento negro, do qual ambos faziam parte.

A visão destes e de outros autores têm desafiado o cânone historiográfico (Assunção e Trapp, 2021), ao propor o questionamento de “matrizes narrativas hegemônicas” (Pinto, 2021, P. 14), o que tem permitido a releitura de diversos períodos da nossa história, a exemplo da Ditadura Militar. Como temos apontado há alguns anos (Luiz, 2017, 2018, 2020, 2023), a Guerrilha do Araguaia é um acontecimento histórico que possibilita diversas leituras em relação às relações raciais e o protagonismo negro.

Trata-se de um dos episódios da Ditadura Militar que mais tem mobilizado investigações acadêmicas, além de inspirar produções jornalísticas e artísticas. Ocorrida principalmente entre o sul e sudeste do Pará e o norte de Goiás (atual Tocantins), com

⁷ Dados os limites deste artigo, não faremos uma análise exaustiva sobre a literatura sobre a Guerrilha do Araguaia, mas apontamentos que situem o(a) leitor(a) em relação ao nosso objeto.

⁸ Napolitano (2015) analisa a emergência da memória hegemônica constituída no Brasil em relação ao período da ditadura, inicialmente aproximando concepções liberais e da esquerda não armadas; e demonstra como a esquerda armada fora alijada dessa memória. Acrescentamos que as narrativas hegemônicas em relação ao período também deixaram de lado uma série de grupos sociais (negros, indígenas, LGBTQIAPN+ etc.), que passaram a questionar, nos últimos anos, uma maior visibilização nas narrativas de cunho histórico (produzidas ou não no campo disciplinar da História) de suas ações naquele período.

⁹ Conforme Pinto: “De tal sorte, a gente negra tem, ao longo do tempo, questionado regimes excludentes de legitimação dos sujeitos responsáveis pela produção das narrativas históricas” (2021, p. 14).

influência no sudoeste do Maranhão, a Guerrilha do Araguaia marcou a história brasileira e ainda hoje gera desdobramentos que extrapolam a esfera local.¹⁰

Apesar da revelação de um número expressivo de fontes nos últimos anos, o tema ainda sofre com o apagamento deliberado de rastros deixados pela ditadura, especialmente no que se refere à indisponibilidade de documentos-chave que poderiam elucidar crimes praticados por agentes do Estado. Além disso, o episódio permanece envolto em distorções nos debates políticos atuais, marcados por negacionismo e revisionismo ideológico (Napolitano, 2021).¹¹ Diante desse cenário, destacamos que propor novas leituras sobre a Guerrilha do Araguaia e a Ditadura Militar exige interpretações rigorosamente fundamentadas nas fontes disponíveis e sustentadas pelo diálogo contínuo com a vasta bibliografia já existente.

Os primeiros estudos sobre a Guerrilha do Araguaia surgiram entre o fim da década de 1970 e os anos 1980, concentrando-se em descrever as operações militares, seus impactos sociais e as motivações do PC do B ao optar pela luta armada. Em grande parte, elaborados por jornalistas ou por militantes da esquerda, especialmente ligados ao próprio partido, esses trabalhos tornaram públicas informações até então encobertas, em um momento em que o regime impunha forte controle sobre tais dados.

Jornalistas como Doria *et al.* (1978) e Portela (2002 [1979]) deslocaram-se naquele momento do sudeste do país até a fronteira Araguaia-Tocantins, especialmente ao Bico do Papagaio, aproveitando o início da abertura política ensaiada ao fim do governo Geisel.¹² Seus trabalhos pioneiros impulsionaram o debate público sobre o tema e já apresentaram Osvaldão como um dos nomes centrais daquele acontecimento.

Em seguida, surgiram obras como a de Pomar (1980), com compilações de documentos internos ao PC do B referentes ao período que antecedeu e sucedeu a guerrilha.

¹⁰ Vide, por exemplo, a condenação do Brasil em 2010 na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), vinculada a Organização dos Estados Americanos (OEA), pelas práticas de terror de Estado produzidas no Araguaia (Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2023).

¹¹ Segundo Napolitano: “A primeira distorção é o recurso à mentira pura e simples sobre um evento ou fato histórico comprovado por fontes e por consenso de historiadores (independentemente das interpretações que se possa fazer sobre suas causas ou desdobramentos), conhecido pelo nome de *negacionismo*. A segunda distorção é a apropriação seletiva de fatos igualmente comprovados, sem a devida complementação de informações, para reforçar a tese negacionista. A isso chamaremos de *revisionismo ideológico*” (2021, p. 83, grifos nossos).

¹² O governo de Ernesto Geisel (1974–1979) foi marcado tanto pela distensão política, quanto pela continuidade de graves violações aos direitos humanos, especialmente direcionadas a grupos opositores específicos, resultado na continuidade dos desaparecimentos políticos acentuados no último ano do governo de Emílio Garrastazu Médici (1969–1974), no assassinato dos últimos guerrilheiros em atuação no Araguaia, e de membros do PC do B e do PCB atuantes nas cidades (Napolitano, 2018; Teles, 2020).

Também foram lançadas versões iniciais da coletânea organizada pela editora Anita Garibaldi (1982), mais tarde intitulada *Guerrilha do Araguaia: Uma epopéia pela liberdade* (Anita Garibaldi, 2005).¹³

Entre o final dos anos 1980 e meados da década de 1990, surgiram estudos como o de Gorender (2014 [1987]), que incluiu a guerrilha em sua análise crítica da luta armada, e os de Sader (1990) e Campos Filho (2012 [1995]). Esta última combinou análise documental e entrevistas de história oral na região do Bico do Papagaio, reforçando a importância de se compreender o ponto de vista dos moradores locais, uma tendência iniciada por Dória et al. (1978), Portela (2002) e Sader (1989).

Nos anos 1990 e nas primeiras décadas dos anos 2000, com a disponibilização de novas fontes,¹⁴ surgiram obras diversas sobre o tema (Morais E Silva, 2005; Nossa, 2012; Mechi, 2012; Amorim, 2014), que sob enfoques diversos buscavam apresentar olhares para o evento em conjunto, em alguns casos por meio de olhares controversos, caso das obras de Studart (2006, 2018).¹⁵

Têm também entrado em cena estudos focados nas experiências dos camponeses (Silva, 2008, Peixoto, 2011; Reis, 2013, 2021; Petta, 2017; Reis, 2021; Teles, 2014) e indígenas (Ferraz *et al.*, 2019a [2014]; Garcia, 2015; Ferraz, 2019b); ou que tratavam especificamente de mulheres e relações de gênero (Cavalcanti Junior, 2020; Silva, 2019; Cardoso, 2022), grupos religiosos (Nascimento, 2000; Pinto, 2018; Luiz, 2017, 2018) ou uma série de outros temas.¹⁶

Em outras palavras, a literatura sobre a Guerrilha do Araguaia passou a acompanhar, em grande medida, as agendas de investigação presentes nas Ciências Humanas e no campo da História em específico, que nas últimas décadas teve um notório incremento de estudos sobre temas como memória, gênero e relações raciais. Nesse último caso, como já destacado, vêm sendo ampliados os estudos sobre as experiências de negros e indígenas, a partir de um

¹³ Outra obra do período é o *Diário da guerrilha do Araguaia* (Alfa-Ômega, 1979).

¹⁴ Especialmente depoimentos de camponeses, guerrilheiros sobreviventes e militares, bem como documentos divulgados na imprensa, reunidos pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), Grupo de Trabalho Tocantins (GTT), Grupo de Trabalho Araguaia (GTA), Comissão Nacional da Verdade (CNV) e reunidos no Arquivo Nacional através do Projeto Memórias Reveladas.

¹⁵ Nos dois livros citados, encontram-se diversas afirmações que têm sido questionadas, por se basearem em fontes pouco confiáveis, como supostos “justiçamentos” executados pelos guerrilheiros em relação a seus companheiros; formas como a sexualidade das guerrilheiras fora apresentada; entre outras.

¹⁶ Entre eles a investigação sobre as concepções militares a respeito da Guerrilha do Araguaia (Studart, 2006; Silva, 2019).

“enorme esforço coletivo de institucionalização do debate racial nos últimos anos” no país (Assunção e Trapp, 2021, p. 233).

Legado familiar e luta comunista

Osvaldão era natural de Passa Quatro (MG). Seus pais e irmãos mais velhos,¹⁷ como já discutido em Joffily (2008) e evidenciado no documentário que tratou sobre a vida do guerrilheiro,¹⁸ realizaram diversos enfrentamentos contra o racismo no pós-abolição no interior de Minas Gerais, e compreendiam a importância de cada membro da família avançar nos estudos. Naquele momento inicial do período republicano, como hoje, a educação era uma importante via para que uma família negra pudesse ter acesso à cidadania, autonomia e ter mais instrumentos para lutar por uma vida digna.

O próprio pai de Osvaldão, José Orlando da Costa, por meio dos estudos realizados no Rio de Janeiro (RJ), pôde iniciar seu ofício como “padeiro, confeitiro e cozinheiro” (2008, p. 17). Segundo Joffily, ele: “nasceu numa fazenda, antes da vitória abolicionista de 1888, mas já liberto¹⁹ graças à Lei do Ventre Livre (1871)” (2008, p. 17). O mesmo autor destaca enfrentamentos ao racismo vivenciados pela família Orlando:

Dona Rita [mãe de Osvaldão] tinha personalidade forte. Quando sua filha Irene chegou na idade de ir para a escola, cobrou de um coronel rico e influente a promessa de colocar a menina na Escola Normal da cidade, gerida por freiras francesas e paga. O figurão desconversou e no fim disse que não seria conveniente pôr a negrinha numa escola onde só iam as moças brancas. Pois foi aí que dona Rita decidiu o contrário: remanejou o orçamento da família e garantiu que Irene se formasse professora (Joffily, 2008, p. 18).

A mãe de Osvaldo, Rita Orlando dos Santos, que também tinha como ofício produzir e comercializar “bolos e doces para fora” (Joffily, 2008, p. 18), faleceu quando ele tinha nove anos. Alguns anos depois, Osvaldo, que era o irmão caçula, passou a viver com a irmã Irene Orlando em São Paulo (SP) e, posteriormente, no Rio de Janeiro (RJ), para onde ela migrou para poder atuar como professora. No Rio, o jovem estudou na Escola Técnica

¹⁷ “O casal teve 11 filhos: dois que morreram na infância, seis homens e três mulheres que se criaram. Osvaldo, que os irmãos chamavam Vadico ou Vaduca, é o caçula” (Joffily, 2008, p. 22).

¹⁸ *Osvaldão* (2014). Em Luiz (2020), produzimos análise específica sobre esse documentário.

¹⁹ Também o baiano Carlos Marighella fazia parte de uma geração ainda próxima dos ascendentes que vivenciaram a experiência da escravidão. Segundo Magalhães, ele era neto de pessoas escravizadas e “bisnetos de africanos huassás” (2012, p. 41).

Nacional (ETN) e se graduou como tenente da reserva pelo Centro de Preparação de Oficiais de Reserva (CPOR).

Oswaldo passou a atuar no movimento estudantil nos tempos da ETN. Os primeiros contatos com as concepções comunistas vieram através do irmão João Orlando: “Padeiro como o pai, mais tarde dono de bar, tocador de violão e trombone, ele é o primeiro da família a se iniciar no comunismo” (Joffily, 2008, p. 22).

Nos tempos do Rio, Oswaldão teve destaque no atletismo e no boxe amador. Em 1961, após conseguir uma bolsa, começou a estudar Engenharia Mecânica (Pomar, 2022) na Universidade de Praga, na antiga Tchecoslováquia, país socialista que era alinhado à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) naquele período de Guerra Fria. Um de seus irmãos, Américo Orlando, conseguira estudar na própria URSS:

O antepenúltimo dos irmãos Orlando termina cursando engenharia na Universidade Patrice Lumumba, em Moscou. Em 1975 deixa o Brasil pela África. Fixa-se em Moçambique, onde a guerrilha da Frelimo acaba de triunfar e contribui de forma importante nos primeiros anos pós-libertação (Joffily, 2008, p. 23).

Observemos as diversas relações com o comunismo estabelecidas por membros da família Orlando, seja por meio do irmão João; seja por intermédio de Américo e do próprio Oswaldo. Os dois últimos foram inclusive contemplados com bolsas de estudos que faziam parte das estratégias de propaganda e ampliação da influência do bloco soviético junto ao então denominado Terceiro Mundo.²⁰

Para os Orlando essas estratégias possibilitavam a abertura a brechas no sistema, já iniciadas pelas atitudes contestatórias da mãe e da irmã Irene, atitudes estas hoje lembradas com orgulho, e pelos caminhos trilhados pelo pai, especialmente dadas as barreiras vigentes em uma sociedade que dificultava a ascensão econômica dos negros e, como sintoma disso, o próprio acesso de pessoas negras ao ensino superior.

Aqueles homens negros viam no comunismo uma forma de contestação da realidade vivida não apenas na esfera individual. Vindos de uma família que há tempos desafiava o *status quo* racista vigente no país, acabaram mantendo relações políticas contestatórias que marcariam o restante de suas vidas. Américo e Oswaldo, em específico, por meio das conexões do mundo comunista, puderam realizar escolhas e estabelecer caminhos ainda

²⁰ Na visão hegemônica da época, o Primeiro Mundo era constituído pelos países centrais do capitalismo; o Segundo Mundo pelos países do bloco socialista e o Terceiro Mundo pelos países da Ásia, América Latina e África, vistas como “subdesenvolvidos”, segundo os padrões ocidentais.

negados para a maior parte das pessoas negras, fosse no Brasil, em outros locais diáspora ou mesmo no continente africano.

Entender essas ações coletivas, a partir do grupo familiar, produzidas pelos Orlando em relação aos estudos e mesmo quanto a inserção no comunismo, é fundamental para compreender a trajetória individual de Osvaldão. Em especial, para não correremos o risco de analisá-la, dada as particularidades da posterior transformação dele em um líder guerrilheiro, fora do contexto em que foi desenvolvida, conforme aponta a linha interpretativa de Domingues (2019) quanto ao estudo do protagonismo negro e as considerações de Bourdieu (2006) sobre a ilusão biográfica.²¹

Como abordamos em Luiz (2023) e já destacado em Ribeiro (2007), também a guerrilheira Helenira Resende teve contato com o comunismo a partir de relações familiares, especificamente através de seu pai Adalberto de Assis Nazareth (1902-1965), médico negro natural de Nazaré das Farinhas (BA).²²

Além do pertencimento racial, esses guerrilheiros também compartilhavam o fato de serem originados de cidades interioranas, o que fora apontado por Santos (2004), que estudou a atuação de militantes do PC do B em Salvador no final da década de 1960, como uma característica comum a muitos integrantes do partido naquele momento.

Quanto aos debates sobre raça e classe, que iriam despontar com mais centralidade ao final da década de 1970 e durante os anos 1980, com a reorganização do movimento negro, como os outros grupos da esquerda no Brasil na época, o PC do B mantinha ao final dos anos 1960 uma linha política que privilegiava a abordagem classista em detrimento de outras, como o gênero e a raça.

Nessa visão, embora não fosse negado o racismo ou as desigualdades enfrentadas pelas populações negras no país ou pelas mulheres, e outros grupos marginalizados socialmente, a compreensão central era que tais problemas estavam ligados primeiramente às relações de classe e seriam sanados com a revolução (Luiz, 2023), a partir da melhora do quadro geral de problemas que atingem a classe trabalhadora.

²¹ Segundo Bourdieu: “não podemos compreender uma trajetória (isto é, o *envelhecimento social* que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado — pelo menos em certo número de estados pertinentes — ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis” (2006, p. 190, grifo do autor).

²² Em Luiz (2023) dedicamos um maior espaço especificamente para a discussão sobre os negros e o comunismo nas primeiras décadas do século XX, a partir do debate com a literatura.

Nos anos seguintes, seriam ampliadas as tensões entre esse tipo de visão, já presente entre as décadas de 1950 e 1970, como aponta a trajetória da militante negra Thereza Santos (1930–1912) (Rios, 2014), e concepções que buscavam chamar a atenção para a importância de se atribuir uma maior centralidade também a outros marcadores, como a raça e o gênero (Nascimento, 2021; Silva, 2019).

Todavia, o PC do B e outros grupos de esquerda, como já ocorria desde o início do movimento comunista no país, seguiam atraindo mulheres e homens negros na passagem dos anos 1960 para a década de 1970, sobretudo por sua linha política contestatória e por proporem caminhos para uma transformação radical da sociedade (Luiz, 2023), fosse por vias pacíficas, na linha encabeçada sobretudo pelo PCB, ou pela luta armada, como defendia o PC do B, a ALN e outros grupos.

Norteados por essa linha de atuação política, Osvaldo acabou permanecendo pouco tempo fora do Brasil. Ele retornou em 1963, após manter um diálogo com o líder comunista Pedro Pomar (1913–1976),²³ com o intuito de participar das ações revolucionárias em preparação pelo PC do B (Joffily, 2008). Acreditava que a luta armada era o caminho necessário para promover uma transformação radical do Brasil.

Segundo Joffily, no mesmo ano de 1963 Osvaldo já se encontrava entre os garimpeiros da Chapada Diamantina (BA), buscando analisar “o potencial da região para a guerrilha rural” (2008, p. 31). Logo depois, rumou até a China:

O golpe de 1964 encontra Osvaldo na Academia Militar de Pequim. Ele está no primeiro grupo de um total de 18 militantes do PCdoB, enviados para estudar a experiência política e militar da revolução chinesa. Chega lá em março, via Zurique e Praga (2008, p. 32).

Em 1965, um ano antes de chegar na região do Bico do Papagaio, Osvaldo se encontrava em Guiratinga (MT) (Joffily, 2008), em conjunto com outros membros do partido. Notemos que antes de se estabelecerem no Araguaia, ele e outros de seus colegas estavam perscrutando diversos locais, no Norte, Centro-Oeste e Nordeste, em busca do mais adequado para iniciar o trabalho revolucionário.

²³ Pai de Eduardo Pomar — seu amigo e colega tanto na ETN quanto na Universidade de Praga.

Logo chegariam ao Bico do Papagaio, onde ocorria na época um processo acelerado de avanço da fronteira, como definido nos escritos de Martins (2006),²⁴ marcado pela abertura da Amazônia para o grande capital.

O período em que os militantes do PC do B se instalaram na região do Araguaia foi marcado pela implementação de programas de incentivo fiscal promovidos pela ditadura, por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Banco da Amazônia S.A. (BASA), ambos criados em 1966.²⁵ Essas políticas contribuíram para a concentração fundiária e o surgimento de inúmeros conflitos pela terra (Ianni, 1978), em especial no entorno da fronteira Araguaia-Tocantins.

A partir dos anos 1970, iniciou-se a execução do Programa de Integração Nacional (PIN), com incentivo à migração e à implantação de grandes projetos de infraestrutura, como a Transamazônica. Em 1967, por sua vez, foi descoberta no sudeste do Pará, relativamente próximo às áreas de atuação do PC do B, a mina de ferro de Carajás. Todos esses projetos, programas e descobertas colaborava para alterar drasticamente o cotidiano, as relações sociais e as paisagens locais, tornando-se ainda mais complexo o contexto de inserção dos pecedebistas no local, o que só iria se intensificar após o ataque dos militares.

No caminho das matas

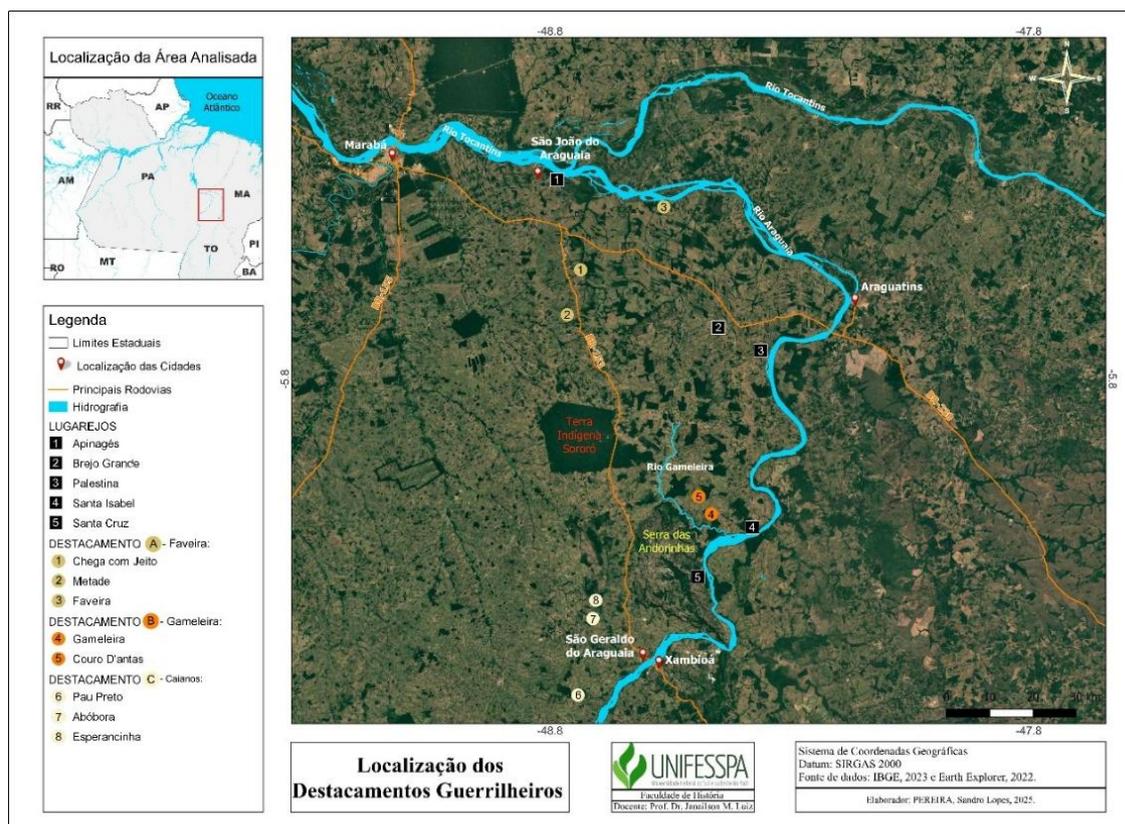
Osvaldão acreditava na via revolucionária radical do PC do B, distinta da linha mais moderada do PCB (Napolitano, 2018). Baseados no marxismo-leninismo e em uma tentativa de adaptar o maoísmo à realidade brasileira (Campos Filho, 2012), os pecedebistas defendiam a Guerra Popular Prolongada.²⁶

Suas escolhas em direção ao Araguaia expressam esse alinhamento, comum entre outros militantes que aderiram à guerrilha. Muitas vezes, por conta da derrota, esses militantes são retratados como idealistas ingênuos, ignorando-se sua visão de mundo e suas formas de agir dentro do “espaço dos possíveis” (Bourdieu, 2006).

²⁴ A fronteira — como ocorreu em relação à fronteira amazônica e especificamente na fronteira Araguaia-Tocantins naquele período — era o local da aproximação e entrelaçamento entre grupos muito distintos, que traziam consigo visões de mundo e formas diferentes de lidar com a temporalidade. Era o lugar, sobretudo, da violência e da degradação do humano, especialmente a partir das consequências trazidas pelo avanço do grande capital e avanço demográfico desordenado (MARTINS, 2006).

²⁵ Os dois órgãos foram criados em substituição a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e ao Banco da Amazônia (BASA), respectivamente.

²⁶ Ver o documento *Guerra popular – caminho da luta armada no Brasil*, de 1969 (PC DO B, 1980a).



Mapa 1: Localização dos destacamentos guerrilheiros. Fonte: Reis (2021), Mechi (2012), Morais e Silva (2005) e Brasil (2014a).²⁷

Reconhecer isso não impede uma análise crítica dos erros na preparação da ação guerrilheira.²⁸ Trata-se de entender o que levava um jovem a abandonar um curso universitário na Europa — sonho de muitos, especialmente em famílias que valorizavam a educação — para atuar em regiões remotas do Brasil. Essa decisão se vinculava à concepção de “revolucionarização”, debatida no PC do B, como parte de uma construção coletiva presente no final dos anos 1960, ainda que a luta armada não fosse consenso na esquerda. Segundo artigo do jornal do partido em 1970:

²⁷ Algumas localizações indicadas no mapa, relativas ao Destacamento B, não reflete as localizações precisas, mas indicações aproximadas a partir da literatura. Sá (2004), que pertenceu ao destacamento B, descreveu que o local em que eles viviam ficava a 150 metros do rio Gameleira. Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV): “O destacamento A atuava ao longo da Transamazônica, particularmente nas regiões de Faveiro, Fazenda São José, São João do Araguaia e Metade; o destacamento B atuava a nordeste da serra das Andorinhas, no chamado vale do rio Gameleira, enquadrando as bases guerrilheiras de Gameleira e Couro das Antas; o destacamento C atuava a sudoeste da serra das Andorinhas, enquadrando as bases guerrilheiras de Pau Preto, Abóbora e Esperancinha. Segundo documento da Marinha de 1972, o deslocamento dos guerrilheiros pela mata era constante e os grupos não permaneciam presos a suas bases locais” (Brasil, 2014a, p. 685).

²⁸ Para um balanço das críticas, ver: Pomar (1980), Gorender (2014) e Gaspari (2014). Ver também pontos críticos apresentados pelos *Aikewara* quanto a atuação no seu território (Ferraz *et al.*, 2019a).

É preciso que cada militante realize um esforço permanente no sentido de modificar sua maneira de ser e de atuar, de adquirir um estilo vivo, revolucionário, a fim de servir melhor à revolução (...) Entretanto, um exame mesmo superficial sobre o modo de cada um de nós atuar e se conduzir revelaria o quanto ainda pesam esses defeitos, o quanto ainda precisamos lutar para a conquista de um estilo leninista, que una a paixão revolucionária com o julgamento mais sereno dos acontecimentos e com o espírito prático na solução dos problemas (PC do B, 1980b [1970], p. 181).

As fontes sobre a trajetória de Osvaldão revelam seu alinhamento ao “espírito leninista” e à “paixão revolucionária”. Embora hoje essas ideias sejam lidas à luz do desfecho trágico da guerrilha, é essencial compreender como eram concebidas e reforçadas na época, dadas as condições de possibilidade então existentes.

No partido, havia diferentes níveis de adesão a essas formulações, o que se relacionava com as trajetórias de vida dos militantes. Muitos só perceberam, após a chegada ao Araguaia, que não tinham afinidade com aquela missão (Morais e Silva, 2005). Outros, sobretudo os mais ligados à vida no campo, se adaptaram melhor à Amazônia e estabeleceram vínculos com os moradores.

A fotografia abaixo, uma das últimas retiradas por Osvaldão e das mais difundidas nos últimos anos, estando presente em Joffily (2018), Gaspari (2014) e nas divulgações do documentário *Osvaldão*, como em Ribeiro (2015), evoca a compreensão das escolhas feitas pelo guerrilheiro naqueles que viriam a ser seus últimos anos de vida.



Figura 1: Osvaldão em um dos seus últimos registros fotográficos conhecidos. Fonte: Ribeiro (2015).²⁹

²⁹ Versões dessa fotografia, ambas com o sentido invertido da imagem, encontram-se em Joffily, que a insere entre uma série de imagens do guerrilheiro e a descreve do seguinte modo: “Na mata, provavelmente após voltar de Praga, Tchecoslováquia” (2008, p. 63); e Gaspari, que apresenta entre um mosaico de fotos do período da ditadura e a descreve como: “O temível guerrilheiro Osvaldão, no Araguaia” (2014, p. 457-458).

Embora não se tenha a informação se ela fora retirada já no Araguaia ou em outros dos locais percorridos pós 1963, ela evoca os caminhos escolhidos por Osvaldão, que neste registro está conectado quase que de forma indissociável à floresta e aos saberes necessários para conviver na mata e junto as pessoas e outros seres que nela habitam, como as entidades do universo das encantarias, que como veremos a seguir fizeram parte do cotidiano do guerrilheiro na Amazônia. Ao mesmo tempo, a fotografia também é utilizada para a monumentalização³⁰ da atuação do próprio líder guerrilheiro; e ajuda a ampliar a visualidade de um corpo negro em obras relacionadas ao período da ditadura.

No Araguaia, Osvaldão manteve interações sistemáticas com praticantes do Terecô, religião de matriz africana originária do Maranhão. Pinto (2018) observou que afro-religiosos do norte do Tocantins e sul do Pará ainda hoje preservam sua memória, vendo-o não como alguém de fora, mas como um dos seus.

Essas conexões faziam parte das estratégias políticas dos guerrilheiros, que também mantinham diálogo com outras expressões religiosas, como o catolicismo popular e práticas de terecozeiros (Pinto, 2018; Nossa, 2012; Luiz, 2023). Tais manifestações estavam profundamente enraizadas no cotidiano local, e abrir canais de comunicação com elas era essencial para a guerrilha.

No *Programa Popular* ou Programa dos 27 Pontos, um dos principais documentos formulados pela guerrilha, os guerrilheiros registraram a defesa da liberdade religiosa, incluindo práticas como o espiritismo, a pajelança e o Terecô (PC do B, 1973a). Essa formulação resulta das articulações promovidas, em especial, por Osvaldão e Francisco Chaves, do Destacamento C.

Não se sabe ao certo se ambos já tinham vínculos anteriores com religiões de matriz africana, embora isso seja plausível, sobretudo no caso de Chaves,³¹ com longa trajetória no Rio de Janeiro. Mesmo que fosse apenas uma estratégia de aproximação, que afinal fora

³⁰ Consideramos, a partir de Mauad, que: “A fotografia promove, assim, um vir a ser da história. Portanto, o estudo de sua biografia, incluindo nesse itinerário as condições históricas de sua produção, os percalços de sua circulação, as formas como foi apropriada pelos diferentes circuitos sociais, os endereçamentos a que se destinou, os arquivos que visitou e a situação em que foi encontrada integram parte importante da história da cultura visual das sociedades históricas” (2016, p. 46).

³¹ Conta-se a nível local que Chaves incorporava o Preto Velho — entidade da Umbanda — nos rituais do Terecô. O que, no mínimo demonstra o conhecimento de um repertório religioso de matriz africana. Junto aos restos mortais atribuídos ao guerrilheiro teria sido encontrado uma guia, das usadas pelos afro-religiosos. Todavia, por falta de familiares para realizar o cruzamento de DNA, a ossada encontra-se ainda sem identificação (Luiz, 2018, 2023).

mantida durante muitos anos, chama atenção, como já discutimos em Luiz (2017; 2023),³² o fato de justamente dois guerrilheiros negros serem lembrados pelas relações com terecozeiros. Não acreditamos que se trate de mera coincidência.

O que se observa é que, durante a Guerrilha do Araguaia, houve um encontro concreto entre guerrilheiros negros e uma religiosidade predominante entre migrantes negros maranhenses, mediado por vínculos de sociabilidade e pertencimento. Os agenciamentos de Osvaldão, Francisco Chaves e dos próprios terecozeiros tornaram essa articulação possível e significativa. E ajudaram a marcar as características da Guerrilha do Araguaia como acontecimento histórico, influenciando muitas representações hoje constituídas sobre ela (Luiz, 2023).

A partir das encantarias também surgiram narrativas locais envolvendo Osvaldão e Dina Teixeira, que estão entre os guerrilheiros mais lembrados localmente, nas quais ambos, ao serem atacados, se transformavam em animais como macaco, cachorro ou borboleta. Relatos como esses, ligados às encantarias, estudados por Sader (1990), Teles (2014), Pinto (2018) e Luiz (2017; 2023), simbolizam formas populares de explicar a resistência de Dina e Osvaldão frente a forças muito superiores em número e armamento.

Essas forças se fizeram sentir sobretudo após 12 de abril de 1972, quando iniciou o cerco militar. Como descreveu Dagoberto Alves Costa,³³ do Destacamento C: “De repente, o conceito abstrato de luta armada tornara-se uma realidade concreta e medonha [...]” (Costa, 2018, p. 56).³⁴ Os guerrilheiros buscaram então refúgio nas matas, enquanto os moradores, perplexos, não compreendiam o que estava acontecendo e muito menos porque seus vizinhos estavam agora sendo procurados, sendo taxados como terroristas por parte dos militares (Morais e Silva, 2005; Campos Filho, 2012).

Desde 1966, Osvaldão exercia diversas funções no Bico do Papagaio. Conquistou a confiança de camponeses e dos Aikewara, com quem convivia desde 1969, ao adquirir uma posse próxima ao rio Gameleira. Atuou como garimpeiro, comerciante e mariscador,³⁵ o que

³² A presença do Terecô a nível local não teve início nos anos sessenta. Todavia, ela se intensificou bastante com o incremento das migrações, após a construção da Belém-Brasília (pós 1958) e naquele contexto de implementação do PIN na Amazônia (Velho, 2013; Pinto, 2018; Luiz, 2023).

³³ Natural de São Luís (MA), formou-se em Psicologia após a saída da prisão.

³⁴³⁴ Dagoberto teve uma experiência de adaptação muito diversa da de Osvaldão. Ele desembarcou em Xambioá apenas em 18 de abril de 1972, alguns dias após os primeiros ataques militares, iniciados em 12 de abril. Em suas palavras: “Durante 52 dias estive na guerrilha e nos 690 dias seguintes, na prisão” (Costa, 2018, p. 25).

³⁵ O mariscador caça animais como onça e o gato maracajá e posteriormente comercializa as peles.

lhe permitiu conhecer os costumes locais e mapear a região (Campos Filho, 2012; Joffily, 2008; Petta, 2017).

Os guerrilheiros estavam organizados em três destacamentos (A, B e C)³⁶ e uma Comissão Militar. Estima-se que fossem sessenta e nove os combatentes vinculados ao PC do B, além de alguns moradores locais (Arroyo, 1980; Campos Filho, 2012). Osvaldão liderava o Destacamento B, ativo nas imediações do rio Gameleira, entre Palestina do Pará, Brejo Grande do Araguaia e São Geraldo do Araguaia, próximos à terra indígena Sororó, dos Aikewara.³⁷

O líder guerrilheiro sobreviveu por cerca de dois anos, a maior parte vivendo entre as matas. Nesse período, atravessou diversas fases da guerrilha: um início marcado por vitórias frente aos militares, cujas operações eram problemáticas; a adoção de estratégias eficazes de guerra psicológica e propaganda; o diálogo com moradores entre operações, sobretudo entre o fim de 1972 e outubro de 1973; a escassez de mantimentos, roupas e o enfrentamento à malária; e, por fim, o ataque avassalador das Forças Armadas³⁸ entre outubro e dezembro de 1973, quando, com base em trabalho de inteligência e uso sistemático da tortura, os militares desarticularam a guerrilha. Com a intensificação do cerco, companheiros tombavam ou eram capturados cada vez mais rapidamente.

Osvaldão sobreviveu ao “Chafurdo de Natal”, massacre de 25 de dezembro de 1973 (Arroyo, 1980), e seguiu na mata em pequenos grupos por alguns meses. Estima-se que tenha sido morto entre fevereiro e abril de 1974. Relatos indicam que foi atingido por Arlindo Piauí, guia dos militares (Brasil, 2014b), durante emboscada. Há dúvidas se os disparos fatais partiram dele ou dos soldados. Por seu papel simbólico, e por episódios como a morte do cabo Rosa, sua execução foi vista como troféu pelos militares.

É atribuída a Osvaldão a morte do cabo Odílio Cruz Rosa e o ferimento de um oficial em maio de 1972, durante a primeira campanha militar (Morais e Silva, 2005). Segundo Arroyo, dois moradores da região que apoiavam os militares também foram executados pelo

³⁶ Segundo o guerrilheiro Ângelo Arroyo (1928-1976), em 1972: “A situação dos destacamentos era a seguinte: no A havia 22 elementos (comandante: Zé Carlos; vice: Piauí); no B, 21 (comandante: Osvaldo; vice: Zeca); no C, 20 (comandante Paulo; vice: Víctor). Na CM [Comissão Militar], além dos 4 membros, havia 2 elementos de guarda. Ao todo havia 69 elementos. Para completar os efetivos, faltavam 13 elementos” (1980, p. 250). As Forças Guerrilheiras do Araguaia tinham como liderança maior o ex-deputado Maurício Grabois (1912–1973).

³⁷ A área tradicionalmente ocupada pelo grupo é mais ampla do que a atual delimitação. Ver: Ferraz, 2019b.

³⁸ Cada uma das grandes operações mobilizou milhares de soldados. As estimativas apontam um número entre 5 e 10 mil atuando de forma simultânea, dispostas em locais diversos entre Xambioá (GO [TO]) e Marabá (PA) (Anita Garibaldi, 2005).

Destacamento B.³⁹ Um deles era Osmar, e o outro, Pedro Mineiro,⁴⁰ descrito como “odiado e repulsivo pistoleiro” (PC do B, 1973b, p. 5). Acusado de atos violentos contra camponeses, sua morte foi usada na propaganda guerrilheira, visando atrair apoio popular e intimidar colaboradores dos militares.

Como destaca Napolitano (2015), é essencial compreender os crimes cometidos pelos guerrilheiros. Contudo, no caso do Araguaia, eles foram vítimas de julgamentos extralegais e execuções sumárias, sem direito ao contraditório e ao devido julgamento, ao contrário dos militares, jamais responsabilizados pelas graves violações de direitos humanos contra guerrilheiros e moradores locais (Brasil, 2014; Teles, 2020). Além disso, os militares foram acusados, a partir da disponibilização recente de alguns documentos, de praticarem outras formas de violência, como no caso do assassinato da ex-companheira de Osvaldão e rapto do filho do guerrilheiro.

Reina (2019), ao investigar crianças raptadas pela ditadura, afirma que Osvaldão teve um filho, Geovani, com Maria Viana da Conceição, moradora de Xambioá. Apesar de afastada de Osvaldão, Maria foi morta pelos militares, em 1973. Geovani, então com quatro ou cinco anos, foi sequestrado. A operação também resultou ainda no rapto de outras crianças.⁴¹ O paradeiro de Geovani continua desconhecido, assim como ocorre com os restos mortais de Osvaldão e de cerca de sessenta companheiros, vítimas de desaparecimento forçado, cujos corpos nunca entregues às famílias.

Considerações Finais

As trajetórias de Osvaldão e de outros negros que atuaram na Guerrilha do Araguaia e na luta armada evidenciam a centralidade de suas experiências nos embates travados no período da Ditadura Militar. Longe de casos isolados, essas trajetórias integram um campo

³⁹ No geral, os guerrilheiros evitaram realizar esse tipo de ação, salvo algumas exceções. Boa parte deles acabou preso ou morto, inclusive, mediante contatos pacíficos estabelecidos com os moradores.

⁴⁰ O “justiçamento” de Pedro Mineiro fora utilizado como propaganda revolucionária no jornal *A Classe Operária*, com menção ao nome de Osvaldão: “Enorme sucesso alcançou entre eles [camponeses] o AVISO no qual se dá a conhecer a ação que culminou com a captura e o justiçamento de um odiado e repulsivo pistoleiro. (...) Pedro Mineiro foi capturado, julgado e condenado, diante das massas, por seus crimes (...). E o nome do chefe guerrilheiro Osvaldo Costa, o Mineirão, corre de boca em boca. ‘Ele é o nosso braço forte, a nossa vingança, o nosso direito’ – dizem os homens do campo” (PC do B, 1973b, p. 5).

⁴¹ “A confusão ocorreu durante execução do plano de sequestrar o filho do guerrilheiro mais procurado no Araguaia, Osvaldão (...). Os agentes foram procurar um garoto e levaram outro, por engano. Além do filho de Osvaldão e Juracy, sequestraram também outras duas crianças nessas operações” (Reina, 2019, p. 86).

mais amplo de participação política negra, presente em organizações comunistas como o PC do B, movimentos antirracistas e em outras formas de atuação.

O estudo da militância de Osvaldão permite repensar o perfil do sujeito insurgente, ampliando a análise sobre quem participou da luta armada e em que condições. Seus rastros indicam insurgências que extrapolam o enfrentamento à ditadura, envolvendo também os agenciamentos vividos por ele e sua família enquanto pessoas negras, oriundas da classe trabalhadora e do interior.

Além disso, como as produções específicas sobre Osvaldão têm apontado, a trajetória do guerrilheiro revela intersecções entre comunismo, herança familiar de luta e enraizamento na fronteira amazônica, onde estabeleceu vínculos com camponeses, terezozeiros e indígenas Aikewara. Esses laços desafiam leituras que veem os guerrilheiros como desconectados das formas de vida no interior da Amazônia, revelando modos singulares de atuação insurgente junto a diversos grupos.

Registros sobre encantarias, transformações e outras narrativas envolvendo Osvaldão e companheiros como Dina Teixeira e Francisco Chaves apontam insurgências que escapam à gramática da política institucional e da luta armada convencional. Nesse sentido, é importante não perdermos de vista que expressões ligadas a saberes locais, oralidade e religiosidades de matriz africana e indígena também compõem formas de insurgência, especialmente num contexto de avanço do capital sobre a Amazônia, como naquele contexto, marcado por tensões, desenraizamentos e degradações.

Finalmente, consideradas em sua complexidade, essas experiências ampliam o entendimento do próprio protagonismo negro como uma forma de insurgência, em especial diante de uma sociedade há muito calcada no racismo e no autoritarismo, como buscamos demonstrar nessa breve análise da trajetória de Osvaldão.

Referências bibliográficas

Assembleia Legislativa De São Paulo. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. **Perseguição à população e aos movimentos negros**. Disponível em: <<https://comissaoaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap1.html>>. Acesso: dez. 2015.

Abreu, G. O. de. **O negro na ditadura**: um estudo acerca da invisibilidade das experiências negras nas narrativas sobre o regime. 2021. 162f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Alfa-Omega. **Diário da Guerrilha do Araguaia**. [Apresentação de Clóvis Moura]. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

Anita Garibaldi. **Guerrilha do Araguaia: 1972-1982**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1982.

_____. **Guerrilha do Araguaia: uma epopéia pela liberdade**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2005.

Amorim, C. **Araguaia: histórias de amor e de guerra**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

Arroyo, Â. Relatório sobre a luta no Araguaia. In: POMAR, Wladimir (Org.). **Araguaia: o partido e a guerrilha**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980. p. 249-273.

Assunção, M. F. M. De; Trapp, R. P. É possível indisciplinar o cânone da história da historiografia brasileira? Pensamento afrodiaspórico e (re)escrita da história em Beatriz Nascimento e Clóvis Moura. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 88, 2021.

Bourdieu, P. A ilusão biográfica. In: Amado, J.; Ferreira, M. de M. (Org.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Brasil. **Direito à Memória e à Verdade: aos descendentes de homens e mulheres que cruzaram o oceano a bordo de navios negreiros e foram mortos na luta contra o regime militar**. Brasília: SEDH/SEPPPIR, 2009.

_____. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: Volume I**. Brasília: CNV, 2014a.

_____. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: Volume III. Mortos e desaparecidos políticos**. Brasília: CNV, 2014b.

Campos Filho, R. P. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

Cardoso, Á. A. **Mulheres do Araguaia: LABUT(AR), uma expressão do viver**. 2022. 352 f. Tese (Doutorado em Psicologia) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

Cavalcanti Junior, A. A. **As Dinis do Araguaia: diferentes trajetórias de uma luta contra a Ditadura Militar**. 216 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.

Corte Interamericana De Direitos Humanos. **Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha Do Araguaia”) Vs. Brasil**. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf>. Acesso: nov. 2023.

Costa, D. A. C. **Memórias do Araguaia: Depoimento de um ex-guerrilheiro**. Recife: CEPE, 2018.

Dória, P.; Buarque, S.; Carelli, V.; Sautchuk, J. (Org.). **História imediata, I: Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

Domingues, P. **Protagonismo negro em São Paulo: história e historiografia** São Paulo: Edições Sesc SP, 2019. Edição do Kindle.

Dutra, P. Racionais MC's, Marighella e o branqueamento do Brasil. **Estud. lit. bras. contemp.**, Brasília, n. 59, 2020.

Ferraz, I.; Calheiros, O.; Suruí, T.; Suruí, Y. “**O tempo da guerra**” — Os Aikewara e a Guerrilha do Araguaia. Relatório, s/l, 2014. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/inicio/41-documentos-citados-no-volume-i-do-relatorio/619-documentos-citados-capitulo-14.html>> Acesso: 01 jan. 2019a.

Ferraz, I. Os *Suruí-Aikewara* e a guerrilha do Araguaia: um caso de reparação pendente. **Campos - Revista de Antropologia**, Curitiba, v. 20, n.2, p.80-88, jul.dez. 2019b.

Garcia, A. P. **Trayectoria de la(s) memoria(s) Aikewara: del evento de la Guerrilla de Araguaia a la Comisión de Amnistía en el actual contexto de revisión de la dictadura brasileña.** 2015. 194 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade Estadual de Campinas, 2015.

Gaspari, E. **A Ditadura escancarada: As Ilusões Armadas**, v. 2. 2. ed. [Edição do Kindle]. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

Gorender, J. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada.** 5 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo / Expressão Popular, 2014.

Ianni, O. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1978.

Jesus, M. C. de. **O olhar do Serviço Nacional de Informações - SNI sobre o movimento negro no Brasil (1964-1985).** 2023. 394f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

Joffily, B. **Osvaldão e a saga do Araguaia.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

Kössling, K. S. **As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância no Depos/SP (1964-1983).** 2007. 314 f. Dissertação (Mestrado em História Social) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Luiz, J. M. “Minha irmandade, vamos se reunir”: o Terecô e a Guerrilha do Araguaia. In: Simpósio Nacional De História, 29, Brasília, 2017. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História.** Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502838282_ARQUIVO_Artigo_OT erecoeaGuerrilha.pdf>. Acesso: 10 set. 2017.

_____. Notas sobre a clandestinidade: Francisco Manoel Chaves e a participação negra nas mobilizações comunistas no Brasil. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 40, p. 94-107, 2018.

_____. “Estou aqui fazendo um filme”: relações étnico-raciais e lutas pela memória em Osvaldão (2014). **Em Tempo de Histórias**, Brasília, v. 1, n. 37, p. 159-180, 2020.

_____. **Lutas pela autonomia, sonhos de revolução:** Uma história da participação negra na Guerrilha do Araguaia (1972-1974). Tese (Doutorado em História) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Magalhães, M. **Marighella:** O Guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Martins, J. de S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo social**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, jun. 1996.

Mauad, A. M. Sobre as imagens na História, um balanço de conceitos e perspectivas. **Revista Maracanan**, publicação dos docentes do PPGH-UERJ, vol. 12, n.14, p. 33-48 jan/jun 2016.

Mechi, P. S. **Os Protagonistas do Araguaia:** trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974). 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontífica Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

Morais, T.; Silva, E. **Operação Araguaia:** os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

Moura, B. de F. Ditadura militar ou civil-militar: saiba o que está por trás dos nomes. **Agência Brasil**, 31 mar. 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/ditadura-militar-ou-civil-militar-saiba-o-que-esta-por-tras-dos-nomes>>. Acesso em: 31 mar. 2024.

Napolitano, M. Recordar é vencer: dinâmicas e vicissitudes da construção da memória social do regime militar brasileiro. **Antíteses**, Londrina, v. 8, n. 15, p. 9-45, 2015.

_____. **1964:** História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2018.

_____. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Org.). **Novos combates pela História:** desafios, ensino. São Paulo: Contexto, 2021. p. 85-114.

Nascimento, B. Por uma história do homem negro. In: RATTTS, A. (Org.). **Beatriz Nascimento:** Uma história feita por mãos negras. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 33-42. Edição do Kindle.

Nascimento, D. M. **A Guerrilha do Araguaia:** "paulistas" e militares na Amazônia. 2000. 202 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) — Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.

Nossa, L. **Mata!** O major Curió e as guerrilhas no Araguaia. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Osvaldão. Direção: A. Petta, A. Michiles, F. Bardella, V. Fernandes. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2014. 80 min.

Padrós, E. S. *Como el Uruguay no hay...*: terror de Estado e segurança nacional: Uruguai (1968–1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. 2005. 2 v. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PC do B. Trajetória de lutas. **A Classe Operária: Órgão do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil**, s/l, n. 38, ano 6, fev. 1970.

_____. Programa popular. **A Classe Operária: Órgão Central do Partido Comunista do Brasil**, [s. l.], v. 9, n. 77, set. 1973a. p. 10.

_____. O caminho da Libertação. **A Classe Operária: Órgão Central do Partido Comunista do Brasil**, [s. l.], v. 9, n. 80, dez. 1973a. p. 5.

_____. Guerra popular – caminho da luta armada no Brasil. In: POMAR, W. (Org.). **Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos inéditos**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980a. p. 91-118.

_____. No caminho da revolucionarização. In: POMAR, W. (Org.). **Araguaia: o partido e a guerrilha – documentos inéditos**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980b. p. 179-181.

Pedretti, L. **Dançando na mira da Ditadura: Bailes Soul e violência contra a população negra nos anos 1970**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

Peixoto, R. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum**, Belém, v. 6, n. 3, p. 479–499, set.–dez. 2011.

Petta, R. L. **A memória dos moradores do Araguaia sobre "Osvaldão": liderança, luta e resistência!** 2017. 111 f. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Pinto, A. F. G. Temporalidades, história e memória [Módulo 1]. In: Santana, B.; Carneiro, N. (Org.). **Insumos para ancoragem de memória negra**. São Paulo: Oralituras, Casa Sueli Carneiro, Fundação Rosa Luxemburgo, 2021. p. 10-26.

Pinto, M. L. **Histórias que ouvi contar: A Guerrilha do Araguaia nas narrativas do povo de Santo da região Araguaia-Tocantins**. 2018. 126 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2018.

Pires, T. R. de O. Estruturas Intocadas: Racismo e Ditadura no Rio de Janeiro. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 2, p. 1054-1079, 2018.

Pollak, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

Pomar, E. In: Encontro Na Antibabilônia. 2017 [1961]. Documentário. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=i38v3tR1XLE>> 20m12s. Acesso: 20 dez. 2022.

Pomar, P. Intervenção no debate sobre o Araguaia. In: Pomar, W. (Org.). **Araguaia: o partido e a guerrilha**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980. p. 275-290.

Portela, F. **Guerra de Guerrilhas no Brasil: a saga do Araguaia**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2002.

Ratts, A. (Org.). **Beatriz Nascimento: Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 33-42. Edição do Kindle.

Reina, E. **Cativeiro sem fim: As histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2019.

Reis, N. F. I. **Memória social e guerrilha do Araguaia**. 2013. 172 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

_____. **Cartografia de memórias: Guerrilha do Araguaia, camponato e questão agrária no sudeste do Pará – Amazônia Oriental**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Ribeiro, B. **Helenira Resende e a guerrilha no Araguaia**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

Ribeiro, M. Sul21 recomenda Dois Amigos e Osvaldão. In: **Sul 21** (online), 4 de dezembro de 2015. Disponível em: <<https://sul21.com.br/noticias-em-geral/2015/12/sul21-recomenda-dois-amigos-e-osvaldao/>>. Acesso: de. 2015.

Rios, F. A trajetória de Thereza Santos: comunismo, raça e gênero durante o regime militar. **Plural**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 73-96, 2014.

Sá, G. **Araguaia: Relato de um guerrilheiro**. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004.

Sader, R. Lutas e imaginário camponês. **Tempo Social: Ver. Sociol. USP**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 115-125, 1990.

Sales, J. R. O PC do B conta a sua história: tradição, memória e identidade política. **Diálogos**, Maringá, Maringá, v. 6, p. 173-186, 2002.

Santos, A. C. **Ação entre amigos: História da militância do PC do B em Salvador (1965-1973)**. 2004. 253 f. Dissertação (Mestrado em História Social) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

Silva, T. O. G. **Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a Ditadura no Brasil (1964-1985)**. 2019. 528 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

Silva, W. S. da. **A Guerra Silenciada: memória histórica dos moradores do Bico do Papagaio sobre a Guerrilha do Araguaia**. 2008. 146 f., 2008. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

_____. **Livros em guerra: a escrita e a disputa do passado sobre a Guerrilha do Araguaia (1978 - 2015)**. 2019. 260f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

STUDART, H. **A lei da Selva**: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

_____. **Borboletas e lobisomens**: Vidas, sonhos e mortes dos guerrilheiros do Araguaia. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2018.

TELES, J. de A. Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972-1974). **História Unisinos**, v. 18. n. 3, p. 464-480, set.-dez. 2014.

_____. Eliminar “sem deixar vestígios”: a distensão política e o desaparecimento forçado no Brasil. **Revista M**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-297, jul./dez. 2020.

Velho, O. G. **Frentes de Expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área de Transamazônica. 3. ed. Manaus: UEA Edições, 2013.